

RIBEIRINHOS DO SÃO FRANCISCO E A RESISTÊNCIA FRENTE À CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE RIACHO SECO: O CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA/PE

Maria José de Melo
Universidade Federal de Pernambuco
mariademelo08@hotmail.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, entender o processo de resistência no campo e na cidade na região do Submédio São Francisco, em especial a atuação do processo de resistência dos povos ribeirinhos do município de Santa Maria da Boa Vista – PE. Em função da eminente construção da Usina Hidrelétrica de Riacho Seco, a mesma não tendo prosseguimento no licenciamento e leilão, ficando no Estudo de Impacto Ambiental – (EIA) sem concluir o Relatório de Impacto Ambiental – (RIMA) assim a audiência para apresentar as comunidades locais o projeto, nunca aconteceu. Nesse contexto, analisaremos o papel dos movimentos sociais diante dos projetos faraônicos do Estado. Coloca-se a seguinte questão central: será que esses grandes empreendimentos trazem desenvolvimento regional?

Palavra-chave: Resistência; Projeto Hídricos; Questão Agrária

INTRODUÇÃO

Analisar quais são os tipos de resistência e conflitos surgidos a partir dos estudos de viabilidade do grande projeto hídrico para o município de Santa Maria da Boa Vista, podendo aprofundar as transformações na estrutura agrária com o aprofundando do problema da terra junto com o problema da água, e podendo aumentar o desequilíbrio da biodiversidade do rio São Francisco.

- Investigar quais são os tipos de resistência dos movimentos sociais e sua articulação coletiva no campo/cidade diante dos conflitos surgidos com eminência de construção da Usina no município.

- Analisar as políticas públicas desenvolvimentista do Estado/governo e a sua postura diante das populações ribeirinhas, causando mudanças no cotidiano dos mesmos com o seu meio.
- Diagnosticar as alterações na biodiversidade do rio São Francisco.

As hidrelétricas são responsáveis por cerca de 90% do total de eletricidade gerada no país, tendo alguns aspectos positivo por se tratar de uma fonte renovável supostamente “limpa” e barata, por apresentar uma disponibilidade hídrica criou-se certo consenso de optar pela usina hidrelétrica em vez de outras fontes (socioambiental.org, 2015). Assim o Estado vem propagandeando e defendendo esse modelo para a geração de energia, incentivando e financiamentos novos projetos.

Porém longe do que é apregoada a produção de uma usina hidrelétrica nem é limpa nem barata, vem com a promessa de trazer desenvolvimento para a região onde se instala e salvar a economia, mas, na verdade “destroça a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais” (SANTOS p. 16. 1995). Os custos ambientais e sociais são altíssimos; deslocamento forçado de famílias ribeirinhas, modificação da adubação das margens prejudicando a agricultura de várzeas, queda na biodiversidade da flora e fauna, alteração drásticas do regime de água do rio entre outros.

Neste sentido, a justificativa para a realização deste trabalho é de grande importância visto que, o Velho Chico influência uma diversidade de povos (inicialmente os povos indígenas) hoje são (negros, índios, assentados, reassentados, agricultores familiares, artesões, homem branco, de pequenos empresários a grandes) além das populações das cidades ribeirinhas. “Ele não seria o que é sem os Povos e Comunidades rurais que o habitam e o fazem umbilicalmente a ele ligados”.

Portanto para se falar em desenvolvimento dessa região é necessário considerar a participação ativa destes povos e comunidades, tanto na gestão da bacia como na luta pela preservação do rio, com seus significados históricos, culturais, políticos sociais e ambientais, assim só assim terão êxitos ao conseguir os direitos dos povos.

Deste modo, a defesa do rio São Francisco inclui definitivamente a luta, [por terra-água-luz para os povos de “almas agrárias]”, pelo reconhecimento, fortalecimento [das lutas sociais e seus processos de resistência no campo e na cidade], garantia dos direitos territoriais, sociais, étnicos, culturais, organizacionais, econômicos e ambientais destas comunidades (São Francisco Vivo. ORG, 2015. Grifo meu).

Para desenvolver este trabalho fez-se necessário uma abordagem metodológica que possibilitasse integrar o empírico/teórico, de forma a estabelecer conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática da pesquisa. Conforme salienta Minayo (2008 p.14) “a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ela inclui simultaneamente a teoria da abordagem, o método, os instrumentos de operacionalização do conhecimento, as técnicas, e a criatividade do pesquisador sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade em perceber os fenômenos”.

Na coleta dos dados utilizamos os seguintes instrumentos: Revisões Bibliográficas (livros, sites, artigos e periódicos etc.); 1-Trabalho de campo, com (entrevistas semiestruturadas); 3-Análise de documentos (materiais não encontrados nas bibliotecas, EIA-RIMA, Relatórios, de denúncias, legislação decretos processos etc.).

A análise dos dados tem como eixo central entender os processos históricos que nos ajudarão a compreender as relações de dominação existentes nas esferas socioeconômicas, política e cultural e que incidem sobre as políticas de desenvolvimento a serem analisadas neste trabalho. Essas categorias políticas são questão agrária, processos de resistência e o modelo capitalista. Para obter as informações a entrevista, foi um dos instrumentos principais para obtenção das informações nesta pesquisa.

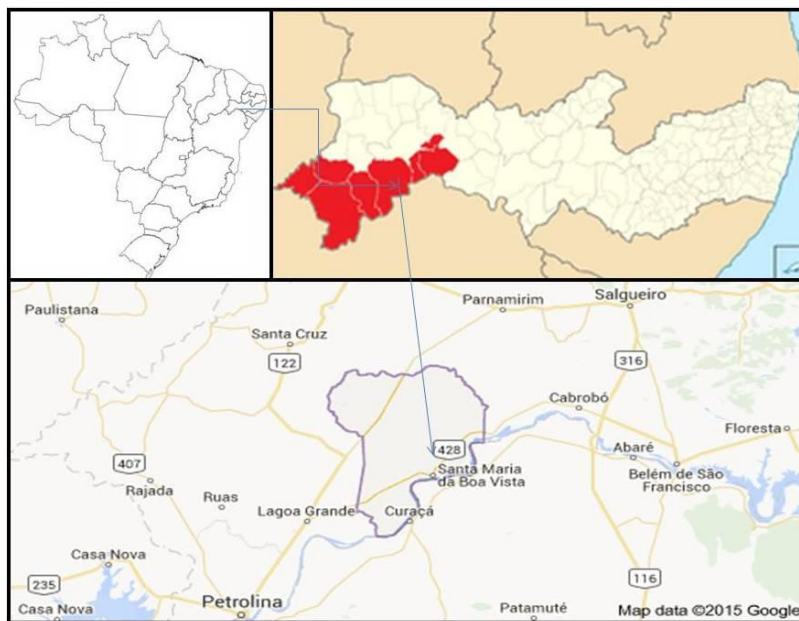
O material adquirido em campo, junto aos entrevistados foi de extrema importância, tanto nos aspectos históricos do São Francisco como nos dados sobre a Usina Hidrelétrica de Riacho Seco.

No decorrer da pesquisa fomos definindo os conceitos para a pesquisa, diante do referencial teórico e das ideias defendidas notamos o método utilizado, não aprofundado devido ao tempo de pesquisa¹.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Santa Maria da Boa Vista está localizado entre as Coordenadas Geográficas 8° 48' 36, 4" de longitude e 39° 49' 30" de latitude, a 640 km de Recife, no extremo Sudeste do Estado de Pernambuco, na Zona denominada Mesorregião do Sertão do São Francisco, e Microrregião de Petrolina (mapa 1 a baixo). Limita-se ao norte com o município de Parnamirim e Santa Cruz ao sul com o Estado da Bahia, a Oeste com Lagoa Grande e a Leste com o município de Orocó.

¹ Este artigo contém uma parte dos resultados da pesquisa de Iniciação Científica 2014/2015 FACEPE/UFPE que tinha como título "IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE RIACHO SECO NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA –PE". Assim apresentaremos parcialmente os resultados que já tínhamos identificando. Continuaremos aprofundando essa problemática na monografia, trabalho de conclusão de curso em Geografia/Bacharelado.



Mapa 1: Microrregião de Petrolina/ou território do Sertão do São Francisco, e o município de Santa Maria da Boa Vista/PE. Fonte: imagens do *google*, 2015. adaptado por Maria de Melo, 2015.

Era uma diversidade de povos ribeirinhos que seria atingido por essa barragem, tanto do lado pernambucano como baiano, pela questão da inclinação do rio no lado Pernambucano encontra-se diversas ilhas, e o numero comunidades ribeirinha e maior, como podemos observar na (figura 1 a baixo) comunidades quilombolas, indígenas, dez assentamentos da Reforma Agrária entre outros. No município já têm 44 mil hectares nas mãos de reassentados da represa de Itaparica – pessoas realocadas de suas antigas propriedades por causa da inundação causada pela barragem. São ao todo 1.500 famílias divididas em 47 agrovilas.



Figura 1: Área onde seria o reservatório da Hidrelétrica de Riacho Seco, imagem retirada do vídeo dos estudos da Usina. Fonte: Consorcio Chesf, Odebrecht, Desenvix e Engevix.

A Usina Hidrelétrica de Riacho Seco estava prevista para ter 63 km² de área alagada atingindo quatro municípios Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande em Pernambuco, Juazeiro e Curaçá na Bahia. A empresa contratada pela CHESF, que fez os estudos de aproveitamentos da UHE Riacho Seco foi a BRASIL ENCORP Engenharia (BRASIL ENCORP Engenharia, 2004). Tendo as seguintes etapas:

1- Inventário – Engevix;

2-Viabilidade – CHESF/Odebrecht/Engevix; (parou nessa etapa)

- Processos de resistência

3-Análise – Ape, Anel, MME (leilão);

4-Projeto e construção – empreendedor;

5-Operação – Explorador da Concessão. (Tendo outros participantes: IBAMA, FUNAI, IPHAN, ANA e outros).

No dia 26 de outubro de 2010, a Empresa de Pesquisa Energética (IPE) informou que dez empreendimentos de geração de energia hidrelétrica foram cadastrados para participar do leilão de venda de energia para 2015, prevista para 17 de dezembro. Apesar de estar presente nessa lista, a UHE de Riacho Seco ainda não deve ser leiloada por falta de licença ambiental, como afirma o Ministério de Minas e Energia²

A região do semiárido brasileiro especificamente as “caatingas secas” sempre teve uma baixa disponibilidade hídrica, o rio São Francisco e a exceção por sua bacia “possuir quatro setores principais hidroclimáticos sub-regionais³” (AB’SÁBER, 2006). As suas águas passam por forte processo de apropriação, o gerenciamento da bacia torna-se cada vez mais homogêneo por parte dos Órgãos do Estado beneficiando interesses privados, processo excludente, não envolvendo todos os povos, gerando vários conflitos pela água.

Assegurar que a água esteja disponível para as diferentes formas de consumo implica viabilizar investimentos de distintas naturezas e, sobretudo, gerenciar cuidadosamente sua oferta e o uso. Isso se torna mais complexo diante da realidade climática da Região e dos vários interesses que envolvem desde as instancias de governo ate as diversas categorias de usuários. (ANA, 2012, p.17).

O gerenciamento cuidadoso assim como recomenda a ANA - Agência Nacional das Águas não é a realidade praticada, é uma gestão excludente não há preocupações por parte dos órgãos públicos

² Retirado do vídeo Água Benta, trabalho de conclusão de curso de jornalismo da Faculdade Cásper Líbero.

³ 1-Tropical Úmido (cabeceras da Serra da Canastra) com precipitação de 1.100 a 1.400mm anuais. 2-Tropical úmido, a duas estações, verão chuvoso e inverno seco (médio vale mineiro). 3-Tropical clima da região semiárido, dualidade hidrográfica (Bahia, Pernambuco, Alagoas e adjacências) com precipitação de 500 a 600mm anuais. 4-Tropical úmido da região costeira (Zona da Mata, Sergipe e Alagoas) precipitação de 1200 a 2.100mm anuais. Ainda temos o Agreste faixa de transição entre o muito úmido e muito seco.

com a biodiversidade do rio, muito menos com as populações ribeirinhas, enquanto “10% da área irrigável é responsável pelo uso de mais de 70% da vazão derivada do rio São Francisco” (BUAINAIN, GARCIA, 2015), tem populações do semiárido, principalmente as comunidades rurais que não tem acesso à água são submissas aos projetos federais de “combate à seca” não tendo um programa integrador justo que levem água para populações carentes. “Estima que uma pequena parcela, em torno de 2% da área tenha potencial para a implantação de sistemas de irrigação eficientes e viáveis do ponto de vista ecológico e econômico” (SUASSUNA, 2013 citado por BUAINAIN, GARCIA).

Outra questão é os conflitos de terras que está interligado com a questão da água, questões chave para se entender essa região, desde 1950 tentaram “revolucionar os processos industriais da agricultura implantando os perímetros irrigados, onde não tem um solo adequado, além de ser altamente custoso e tecnificado” favorecerem determinados grupos, a técnica não chega aos pequenos agricultores e camponeses, “conservaram o arcaico latifúndio” não mudaram as relações de atraso e grande parte da população que necessitava de independência ficaram atados aos grandes proprietários de terra.

As “situações” hidrológicamente em que o rio apresenta hoje com a continuação do modelo desenvolvimentista baseado em grandes obras hídricas (perímetros irrigados, hidrelétricas e a transposição), não são nada animadoras, segundo as determinações do IBAMA o rio tem que ter na sua foz um volume de cerca de 1.300 m³/s, as chamadas vazões ecológicas⁴(...) E quando as vazões diminuem, o peixe desaparece das redes dos pescadores, os bancos de areia se evidenciam e a cunha salina tende a adentrar mais ainda em direção à nascente do rio” diz (SUASSUNA 2013). O “encaixe” da situação da região é o aumento dos conflitos por água, terra e território realidade histórico, entre os anos de 2004 e 2012 os movimentos sociais sentiram a necessidade de construir uma articulação com a MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens, assim os mesmos contribuíram para articular as diversas entidades, movimentos e pastorais de luta contra o modelo energético adotado pelo governo brasileiro, em especial a Usina Hidrelétrica de Riacho Seco.

A gente fez uma resistência, falava aqui no centro na rádio e articulamos os movimentos, [no caso da cidade a pastoral da juventude tinha o papel de mostrar para a população os males da barragem]. O MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem [articulou principalmente as comunidades rurais, com o protagonismo das mulheres na linha de frente, atuantes com muita firmeza levantando uma posição contrária à construção da barragem]. (...) A CHESF Companhia Hidroelétrica do São Francisco montou uma barraca na praça, com músicas, aquele vídeo “lindo”, com folders, todo mundo de camisa, aí a gente montou outra barraca do outro lado, com músicas, poesia e panfletinho, [a agitação com intuito de repassar para os futuros atingidos por barragem os prejuízos que essas obras causam nas populações locais]. Santa Maria já é experiente de ter recebido os assentados de Itaparica, muitos deles

⁴ A vazão mínima nos últimos meses vem caindo passou de 1.100m³/s, atualmente está em 800m³/s nos reservatórios de Sobradinho (BA) e Xingó (AL), (ANA 2015).

vieram para a praça pegava o microfone, falava [as suas angustias de ter saídos de seu lugar de origem, expressando total repúdio à uma nova barragem], foi muito forte porque era um embate mesmo, esse momento assim, ou vai agora ou a cidade vai achar que tá tudo bom, e que vai ser bom (ALFREDO NETO CRUZ, entrevista, 2015. acréscimos e grifo meu).

Uma das grandes lutas dos povos ribeirinhos sempre foi a sua permanência nas suas terras (uma questão central), e conseqüentemente a reivindicação dos poderes públicos obras de saneamento básico, dando o direito de acesso à água, e políticas de assistência rural para o desenvolvimento sustentável. No entanto com os projetos faraônicos do velho Estado⁵, os mesmos tiveram que se articula coletivamente para resistir em prol da defesa das suas vidas, no município de Santa Maria da Boa em torno de 8.000 mil pessoas seriam expulsas de seus lugares (MAB 2010), de suas terras, em sua maioria camponesa, sem-terra, indígenas, quilombolas, pescadores e ribeirinhos. Como seria os mais atingidos, os mesmos foram os maiores atores no processo de resistência da privatização da água.

As “contradições” dos impactos gerados por uma hidrelétrica são para a vida toda, o “povo” de Santa Maria da Boa Vista é experiente, pois o município recebeu os reassentados de Itaparica na década de 1970. “*A gente discute desenvolvimento pra quem, que forma que ele vem, Itaparica é um caso, esse povo para estar aqui, foi uma luta, para reassentar as famílias*” (...) (MARIA DE JESUS, 2015). O desprezo aos povos ribeirinhos tinha semelhança à visão do colonizador “civilizado” diante das sociedades tribais “bárbaros e primitivos”, assim os mesmos sempre foram excluídos dos projetos instalados em suas terras, mas através da sua mobilização e articulação conseguiram que fossem reassentados tendo o projeto de irrigação, antes destinados as grandes empresas. No “encaixe” o relato da agricultora atingida por barragem e lamenta ate hoje a sua saída da sua terra, o saldo negativo deixado pela CHESF: violência, baixas indenizações, desorganização da produção e falta de perspectivas para os trabalhadores rurais.

“É terrível o antes e depois de uma barragem aqui as pessoas algumas passa por dificuldades, não consegui-o se adaptar-se, à renda seu lote ou vai e vende, porque a tendência e querer esquecer aquele lugar ou voltar pra lá”(...) “antes era melhor, a situação hoje é pesada” (...) “Nunca fui lá, minha família toda é de lá, morava lá, a gente tinha nossa terra plantava e vivia bem, e um belo dia chegar à sua porta, você vai sair!!! tudo acabou (...)”. (MARIA DE JUSUS, entrevista, 2015).

Apego ao seu lugar é grande, muitos “não conseguem se firmar em outro solo” vagam pelos sertões à dentro, são vidas destroçadas, as populações rurais de almas agrárias são a que sofrem mais, pois, as mesmas têm um apego maior a sua terra, além de tirar toda sua forma de sobreviver. Por essa questão entre outras nascem à necessidade dessas populações ribeirinhas se organizarem como movimento social dos atingidos por barragem, apresentando uma posição contrária aos projetos de hidrelétricas com o lema “*Água e Energia não são Mercadorias*” e resistirem aos projetos

⁵ O Brasil não passou por uma revolução burguesa, nem revolucionária, assim os latifundiários (é o que existe de mais atrasado) compõem a direção deste velho Estado brasileiro desde a sua criação, não houve nenhuma ruptura.

desenvolvimentistas do Estado, mesmo diante de toda uma política de Estado/governo que tentam cooptar e pacificar as lideranças e todo “o povo” em revolta, desprezando-o da borda do rio, visto como ignorantes e incapazes e junto com todo o poder oligárquico e aliados tonando-o como sujeitos de segunda categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização da revisão bibliográfica e do trabalho de campo constatou-se preliminarmente que a população não quer a Usina Hidrelétrica de Riacho Seco, a resposta das comunidades rurais foi um “não à barragem!” e afirmaram que querem dialogar com o Governo, mas no sentido de apresentar, junto aos diversos órgãos públicos, projetos que viabilizem melhor qualidade de vida em seus territórios, que seja obras que realmente tragam desenvolvimento sustentável para a região, e outro ponto que seja resolvido uma questão que é histórica, a terra, tendo como principal reivindicação a regularização das terras.

Estado/governo tem uma postura arbitrária e conservadora em relação às comunidades e povos ribeirinhos, ignorando vidas em benefício a aqueles que sempre tiveram privilégios, oligarquias rurais, grandes empresas nacionais e internacionais, sem apresentar nenhum plano previamente estabelecido de relocação para populações extremamente pobre e subdesenvolvida. As sequelas existem até hoje no reassentamento de Itaparica, uma parte da população vaga, miserável, pelos sertões.

O poder nessa região é fracionado uma classe burocrático-compradora, junto com o braço direito do estado/governo, caracterizando a concentração de recursos essenciais a vida como a: TERRA/ÁGUA/ENERGIA.

O “Velho Chico” pede socorro por todo o dano ambiental já causado por outras hidrelétricas, imagina pensar em outra, é querer transformar “*o sertão em mar, sem água!*”. Iria intensificar os impactos causados por barragens na década de 70/80, além de aumentar os conflitos já existentes pela restrição hídrica, aumentar. Devido a tantos impactos ambientais nos últimos anos o rio vem apresentando baixas vazões prejudicando uma diversidade de populações, principalmente aqueles mais vulneráveis, as comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da Questão Agrária no Nordeste**. 8. Ed. – São Paulo, 2011.

ANA. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (Brasil). **A Questão da Água no Nordeste** / Centro de Gestão e Estudos. Estratégicos, Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012.

AB" SÁBER, Aziz Nacib. **Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida**. Seleccionadas pelo Autor, encontram-se no final do Dossiê Nordeste Seco. Estud. av. vol.13 no. 36. São Paulo May/Aug. 1999.

_____. Aziz Nacib. **A transposição de águas do São Francisco: análise crítica**. Revista USP, São Paulo, n.70, p.6-13, junho/agosto de 2006.

BUAINAIN Antonio Marcio; GARCIA, Junior Ruiz. **Polos de irrigação no Nordeste do Brasil : desenvolvimento recente e perspectivas**. In Confins Revista Franco Brasileira de Geografia n° 23. São Paulo, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora), **Pesquisa Social, Teoria, método e criatividade**. Ed. 28 – Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

SANTOS, Milton. **Os grandes Projetos: Sistema de ação e dinâmica espacial**. In: CASTRO, Edna. MAIA, Maria Lúcia Sá. MOURA, Edila A. F. orgs. Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995. P. 13 à 20.

SUASSUNA, João. **Viabilidade da construção da Usina Hidrelétrica Riacho Seco no Rio São Francisco. A hidrelétrica de Riacho Seco faz jus ao nome que tem**. Artigo, Publicado no dia 13 de novembro, 2013 por, Redação escassez de água, hidrelétricas.

ALFREDO NETO CRUZ, 26 anos, estudante de graduação de Artes Visuais-UNIVASF, Coordenador do Centro do Ponto de Cultura de Santa Maria da Boa Vista – PE. 60min. 00seg., 2015. (Com atuação na Pastoral da Juventude).

MARIA DE JUSUS, 41 anos, agricultora, atualmente é presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Boa Vista – PE. 56min. 39seg., 2015.

O uso de um bem coletivo para fins privados. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/energia>. Acesso em: 20/12/2015.

Povos e Comunidades Tradicionais do São Francisco. Disponível em: <http://saofranciscovivo.org.br/site/povo/>. Acesso em: 27/12/2015.

Comunidades dizem não ao projeto da barragem de Riacho Seco Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/comunidades-dizem-n-ao-projeto-dabarragem-riacho-seco>. Acesso em: 28/12/2015.